

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.263 - MS (2019/0211228-5)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

PROCURADORE : FABIANO GOMES FEITOSA - MS008861

S

MARILZA GRICHOSWSKI PITCHENIN E OUTRO(S) -
MS012166

RECORRIDO : ELIZANGELA OLIVEIRA DA SILVA

ADVOGADOS : ARTHUR ANDRADE FRANCISCO E OUTRO(S) -
MS016303

RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO - MS015878

LEANDRO COSTA VAZ - MS019999

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, ELIZANGELA OLIVEIRA DA SILVA ajuizou ação ordinária em face do MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, pleiteando o recebimento da verba incentivo financeiro adicional.

Informa exercer desde 09/07/2008 a função de agente comunitário de saúde e, por isso, entende fazer jus ao recebimento da parcela denominada incentivo financeiro adicional, prevista nas Portarias n. 674/GM/2003, 648/GM/2006 e 650/GM/2006, todas do Ministério da Saúde.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 7.032,27 (sete mil, trinta e dois reais e vinte e sete centavos) em 6 de novembro de 2017.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, mantendo-se a sentença, pelos seus próprios fundamentos, merecendo reparos apenas no tocante ao termo inicial dos juros moratórios. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fls. 283-284):

EMENTA- APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO ORDINÁRIA - PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - REJEIÇÃO - INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL - DIREITO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ASTREINTES CORRETAMENTE FIXADAS - MANUTENÇÃO - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - PARÂMETROS FIXADOS EM CONFORMIDADE COM O RE 870.947-SE - APELAÇÃO CONHECIDA E

Superior Tribunal de Justiça

NÃO PROVIDA. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

I. O princípio da dialeticidade preceitua que as razões recursais devem demonstrar a insurgência contra os motivos do decisum que pretende modificar ou anular, com a apresentação dos fatos e fundamentos jurídicos que, no entendimento do recorrente, permitam o conhecimento e provimento do recurso - o que foi devidamente observado pelo Apelante.

II. Nos termos da legislação de regência e da jurisprudência sedimentada sobre o tema, o incentivo financeiro adicional em testilha é devido direta e especificamente aos Agentes Comunitários de Saúde e consiste em uma forma de incentivo adicional que corresponde à parcela de participação do Ministério da Saúde no financiamento tripartite do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - não se confundindo, portanto, com a remuneração pelo trabalho do Agente, que é de responsabilidade do Município gestor.

III. As astreintes têm como objetivo garantir a eficácia da determinação judicial, valendo-se o juiz dela como meio coercitivo para o cumprimento da obrigação, conforme autorização da própria legislação. No caso concreto, infere-se que o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por ano está totalmente consonante aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem assim dentro do que este Sodalício tem fixado corriqueiramente em casos análogos.

IV. Por força do RE 870.947/SE - julgado com repercussão geral - a condenação de dívida não tributária imposta contra a Administração Pública deve ser corrigida pelo IPCA-E e sofrer a incidência de juros moratórios de acordo com índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F, da Lei 9.494/97, alterado pela Lei n. 11.960/09. Ademais, nos termos do art. 405 do CC e do art. 240 do CPC, os juros moratórios devem incidir a partir da citação, que é o momento em que o Município foi constituído em mora.

V. Para fins de prequestionamento, é prescindível a manifestação expressa sobre todos os dispositivos invocados pela recorrente.

VI. Apelação conhecida e não provida; e Remessa Necessária conhecida e parcialmente provida.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE interpôs o presente recurso especial, apontando violação do art. 9º-F da Lei n. 11.350/2006, incluído pela Lei n. 12.994/2014.

Sustenta, em síntese, que *inexiste razão para condenação do recorrente ao pagamento de incentivo federal, vez que, como demonstrado nos autos, o Município cumpriu com o pagamento conforme determina a lei, pois utilizou-se desses valores para investir em equipamentos para a categoria (aquisição de bicicletas, motocicletas, uniformes, equipamentos de trabalho, EPI's, a serem utilizados pelos ACS e ACE)* (fl. 304).

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 307-318).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial, nos termos do parecer de fls. 331-337, que guarda a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. PAGAMENTO DE PARCELA DENOMINADA INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL". AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULA 283 DA SUPREMA CORTE. PARECER NO SENTIDO DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, o Tribunal *a quo*, ao julgar o apelo apresentado, proferiu decisão, argumentando o que se segue (fls. 283-292):

(...)

De início, urge consignar, por oportuno, que as matérias devolvidas a apreciação (seja pelo recurso voluntário, seja através da remessa necessária) não são novas na jurisprudência pátria, inclusive já se encontrando consolidado perante este Tribunal de Justiça o entendimento de que o incentivo financeiro "adicional" é devido direta e especificamente aos Agentes Comunitários de Saúde, consistente não na remuneração pelo trabalho do agente - que é de responsabilidade do Município gestor -, mas, sim, numa forma de incentivo adicional e que corresponde à parcela do Ministério da Saúde no financiamento tripartite do Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Isso porque a Portaria n. 674/GM, de 3 de junho de 2003, expedida pelo Ministério da Saúde, é clarividente ao tratar da matéria, in verbis:

(...)

Da leitura do texto da Portaria supracitada - no que interessa ao caso concreto trazido aos autos infere-se expressamente que, ao contrário do sustentado pelo Apelante, o incentivo adicional representa uma décima terceira parcela a ser paga para o agente comunitário de saúde e a este deve ser repassado diretamente após efetivado o repasse para o Fundo Municipal de Saúde.

De ser acrescentado, por oportuno, que embora a Portaria nº 674/03 tenha sido revogada pela Portaria nº 648/06, que, por sua vez, foi revogada pela Portaria nº 2.488/11, não houve alteração da sistemática inicial - de forma que, além do incentivo de custeio mensal, deve haver o repasse de parcela única ao final do último trimestre de cada ano, levando-se à conclusão de que tal repasse se refere realmente ao incentivo adicional/parcelas extras.

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese, a Apelada é servidora pública municipal e exerce a função de Agente Comunitário de Saúde desde o dia 9/7/2008. Nesta data, já estava em vigor a norma que determinou o pagamento do referido incentivo.

Dessa forma, tem a Apelada o direito de receber a parcela denominada de "Incentivo Financeiro Adicional" prevista nas Portarias n. 674/GM/2003, 648/GM/2006, 650/GM/2006 e 2.488/11, todas do Ministério da Saúde, gratificação esta que o Apelante se nega a pagar.

Não há dúvida, portanto, de que desde a data em que entrou em exercício na função de Agente Comunitário de Saúde a Apelada faz jus ao recebimento dessas vantagens - respeitada a prescrição das parcelas vencidas.

(...)

Da leitura do trecho acima transcrito, constata-se que o Tribunal local reconheceu o direito da recorrida ao pagamento da parcela denominada incentivo financeiro adicional, com base nas Portarias n. 674/2003, 648/2006 e 2488/2011, todas oriundas do Ministério da Saúde, as quais sequer foram citadas no curso do recurso especial.

Assim, conclui-se que o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

No mesmo sentido, é o parecer do *Parquet* federal, *in verbis* (fl. 336):

(...)

Ora, considerando que o v. Acórdão recorrido orientou-se conforme as portarias mencionadas, a ausência de impugnação destas em recurso especial ofende o princípio da dialeticidade, o que atrai o óbice previsto na Súmula n° 283 da Suprema Corte: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Em idêntica decisão, o seguinte julgamento monocrático: REsp n. 1.826.900-MS, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 08/08/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Aplica-se o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios para 16% (dezesesseis por cento) sobre o valor da condenação, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de agosto de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator